

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

Termo de Referência 33/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Status

CONCLUIDO

Editado por

JULIA DINIZ FRANCA CARMONA

Atualizado em

27/03/2026 11:25 (v 0.6)

33/2026

120636-GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

75/2026

Processo Administrativo

xxx

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material odontológico para a seção de Odontologia do Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU LS), nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO - DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UND MEDIDA	QNT MÁX	QNT MÍN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ACESSÓRIO DE USO ODONTOLÓGICO, APLICAÇÃO INTER DENTAL, TIPO REFIL DE LÂMINA PARA MICRO ARCO DE SERRA MANUAL, MATERIAL AÇO. A UNIDADE REFERE-SE À EB COM 05 LIXAS. MARCA DE REFERÊNCIA: SERRA MICRO CUT REFIL - TDV OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428222). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	428222	UN	4	1	R\$ 87,08	R\$ 348,32
2	ACESSÓRIO DE USO ODONTOLÓGICO, APLICAÇÃO MEDIÇÃO DE ALGINATO, MATERIAL PLÁSTICO, USO REUTILIZÁVEL, COMPATÍVEL COM ALGINATO HYDROGUM 5 - ZHERMACK. A UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO DE 01 MEDIDOR PARA ÁGUA + 01 DOSADOR PARA PÓ. MARCA DE REFERÊNCIA: ZHERMACK OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 427278). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427278	UN	50	13	R\$ 50,60	R\$ 2.530,00
3	ACESSÓRIO DE USO ODONTOLÓGICO, TIPO DOSADOR PARA PÓ DE ALGINATO, MATERIAL PLÁSTICO, USO REUTILIZÁVEL, COMPATÍVEL COM ALGINATO JELTRATE. A UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO DE 01 MEDIDOR PARA ÁGUA + 01 DOSADOR PARA PÓ. MARCA DE REFERÊNCIA: DENTSPLY OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 427277). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427277	UN	6	2	R\$ 15,17	R\$ 91,02
4	ACESSÓRIO DE USO ODONTOLÓGICO, TIPO MICRO ARCO DE SERRA, APLICAÇÃO INTER DENTAL, MATERIAL AÇO. EMBALAGEM COM 1 ARCO DE SERRA, 1 SERRA E 1 LIXA. MARCA DE REFERÊNCIA: TDV OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428223). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	428223	UN	4	1	R\$ 273,12	R\$ 1.092,48
5	ACESSÓRIO DE USO ODONTOLÓGICO. TIPO: FITA PARA ISOLAMENTO DENTAL/ABSOLUTO. MATERIAL: POLITETRAFLUORETILENO (PTFE). TIPO USO: DESCARTÁVEL. APRESENTAÇÃO: CERCA DE 18 MM DE LARGURA. ROLO COM 5 METROS. (CATMAT: 431433). UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO.	431433	RO	30	8	R\$ 45,81	R\$ 1.374,30
6	ACESSÓRIO PARA MOLDAGEM, USO ODONTOLÓGICO. TIPO: PONTA MISTURADORA PARA SILICONA DE ADIÇÃO. UNIDADE COM 20 PONTAS. MARCA DE REFERÊNCIA: PONTA MISTURADORA T-MIXER PARA SILICONE DE ADIÇÃO - MIXPAC OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. (CATMAT: 414474). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	414474	UN	50	13	R\$ 88,88	R\$ 4.444,00
7	APLICADOR ODONTOLÓGICO. TIPO USO: PISTOLA APLICADORA. APLICAÇÃO: SILICONE DE ADIÇÃO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO UNIVERSAL. CARTUCHOS 1:1. COMPATIBILIDADE: TODOS OS CARTUCHOS DE 25ML E 50ML DO MERCADO. (CATMAT: 423448). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	423448	UN	6	2	R\$ 288,62	R\$ 1.731,72
8	CATALISADOR UNIVERSAL PARA SILICONA DE CONDENSAÇÃO. PASTA DE MOLDAGEM. TUBO COM 60 ML. INDICADO PARA MOLDAGEM DE ALTA PRECISÃO COM PASTA Densa E LEVE E TÉCNICA DE DUPLA MOLDAGEM OU MOLDAGEM SIMULTÂNEA. MARCA DE REFERÊNCIA: SILICONE DE CONDENSAÇÃO SPEDEX	428719	UN	10	2	R\$ 72,08	R\$ 720,80

	CATALISADOR - COLTENE OU SIMILAR QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428719). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.						
9	CERA ODONTOLÓGICA Nº 7, MATERIAL PARAFINA. COR ROSA, APLICAÇÃO SELAMENTO PERIFÉRICO, TAMANHO 7. A UNIDADE REFERE-SE À CAIXA COM CERCA DE 220G OU 18 LÂMINAS. (CATMAT: 406791). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	406791	UN	20	5	R\$ 22,97	R\$ 459,40
10	CERA ODONTOLÓGICA Nº 9, MATERIAL PARAFINA, COR ROSA/VERMELHA, APLICAÇÃO SELAMENTO PERIFÉRICO, TAMANHO 9. A UNIDADE REFERE-SE À CAIXA COM CERCA DE 220G OU 18 LÂMINAS. (CATMAT: 406792). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	406792	UN	20	5	R\$ 21,53	R\$ 430,60
11	CERA UTILIDADE ODONTOLÓGICA, MATERIAL PARAFINA. APRESENTAÇÃO: A UNIDADE REFERE-SE À CAIXA COM 5 LÂMINAS, COR VERMELHA, APLICAÇÃO DIVERSOS. CAIXA COM CERCA DE 220G. (CATMAT: 406785). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	406785	UN	20	5	R\$ 21,87	R\$ 437,40
12	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO, TIPO RESTAURAÇÃO, FOTOPOLIMERIZÁVEL, REFORÇADO COM RESINA, EM CÁPSULAS. CONTEÚDO MÍNIMO POR CÁPSULA: 0,42 G DE PÓ E 0,12 ML DE LÍQUIDO. DISPONÍVEL NAS CORES: A1, A2, A3 E A3. 5. UNIDADE COM 50 CÁPSULAS. MARCA DE REFERÊNCIA: RIVA LIGHT CURE OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404578). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404578	UN	30	8	R\$ 510,57	R\$ 15.317,10
13	CIMENTO ODONTOLÓGICO RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA FACETAS E LENTES DE CONTATO DENTAIS. MONOCOMPONENTE. APRESENTAÇÃO: UNIDADE COM NO MÍNIMO 1,8 GR. COMPOSIÇÃO: METACRILATO DE BISFENOL A DIGLICIDIL; DIMETACRILATO DE TRIETILENOGLICOL; DIMETACRILATO DE BISFENOL A ETOXILADO; DIMETACRILATO DE URETANO; CANFORQUINONA; 4 - DIMETILAMINO BENZOATO DE ETILA ; - HIDROXI-4-METOXIBENZOFENONA; SÍLICA; VIDRO DE ALUMINOBOROSILICATO BÁRIO; FLUORETO DE SÓDIO E PIGMENTO. CORES: A COMBINAR COM FORNECEDOR. MARCAS DE REFERÊNCIA: CIMENTO RESINOSO FOTO NX3 LIGHT-CURE - KERR, CIMENTO ALLCEM VENEER APS COR OW - FGM OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404559). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404559	UN	60	15	R\$ 284,90	R\$ 17.094,00
14	CIMENTO ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO FOSFATO DE ZINCO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. FRASCO COM 10ML. MARCA COLTENE, SS WHITE OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404542). UND FORNECIMENTO: FRASCO.	404542	FR	35	9	R\$ 10,01	R\$ 350,35
15	CIMENTO ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO FOSFATO DE ZINCO, ASPECTO FÍSICO PÓ. FRASCO COM 28G. MARCA COLTENE, SS WHITE OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404543). UND FORNECIMENTO: FRASCO.	404543	FR	35	9	R\$ 10,16	R\$ 355,60
16	CIMENTO ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO: RESINA BIS-GMA APRESENTAÇÃO: 1 SERINGA DE PASTA BASE MATIZADA COM 2,5 GRAMAS CADA, TIPO CIMENTO ADESIVO RESINOSO DUAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FOTO E AUTOPOLIMERIZÁVEL, RADIOLÚCIDO COM FLUÓR, APLICAÇÃO CIMENTAÇÃO DE PRÓTESES FIXAS OU PROVISÓRIAS. CORES: A1, A2, A3, TRANSLÚCIDA (A COMBINAR COM FORNECEDOR). MARCA DE REFERÊNCIA: CIMENTO ALLCEM BASE – 3M OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 432811). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	432811	UN	30	8	R\$ 82,16	R\$ 2.464,80
17	CIMENTO ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO: RESINA BIS-GMA. APRESENTAÇÃO: KIT COM 2 SERINGAS SIMPLES COM 2,5G CADA. (1 BASE E 1 PASTA CATALISADORA). SERINGA DE CORPO DUPLO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FOTO E AUTOPOLIMERIZÁVEL, APLICAÇÃO CIMENTAÇÃO DE PRÓTESES FIXAS OU PROVISÓRIAS. CORES: A1, A2, A3, TRANSLÚCIDA (A COMBINAR COM FORNECEDOR). MARCA DE REFERÊNCIA: CIMENTO ALLCEM A2 BASE + CATALYST – 3M OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404556). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404556	UN	60	15	R\$ 146,15	R\$ 8.769,00
18	CIMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO RESINOSO, DUPLA CURA (FOTO E AUTOPOLIMERIZÁVEL). APRESENTAÇÃO: 1 SERINGA COM APROXIMADAMENTE 2,5 GR DE PASTA BASE + 1 SERINGA COM COM APROXIMADAMENTE 2,5 GR DE PASTA CATALISADORA. ACOMPANHA BLOCO DE MISTURA. MARCA DE REFERÊNCIA: KIT CIMENTO RESINOSO UNIVERSAL FILL MAGIC DUAL CEMENT - VIGODENT OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404557). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404557	UN	60	15	R\$ 75,26	R\$ 4.515,60
19	CIMENTO RESINOSO ATIVAÇÃO DUAL, AUTOADESIVO, AUTOCONDICIONANTE, SERINGA AUTOMIX, CONJUNTO COMPLETO. UNIDADE COM NO MÍNIMO 8 GR. COMPOSIÇÃO: COM MDP. COR: A COMBINAR COM O FORNECEDOR. MARCA DE REFERÊNCIA: CIMENTO SET PP MAXX – SDI - OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 438043). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	438043	UN	60	15	R\$ 361,93	R\$ 21.715,80
20	CIMENTO RESINOSO ATIVAÇÃO DUAL, AUTOADESIVO, AUTOCONDICIONANTE, SERINGA AUTOMIX, CONJUNTO COMPLETO. UNIDADE COM CLICKER DE 11 GR. MARCA: U200 3M OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 438043). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	438043	UN	60	15	R\$ 584,93	R\$ 35.095,80
21	CIMENTO RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL - CONJUNTO COMPLETO. COMPOSIÇÃO MÍNIMA: 1 UNIDADE DE 2 G DE AGENTE DE UNIÃO (ADESIVO) + 1 UNIDADE DE 5G DE AGENTE DE UNIÃO (SILANO) + 1 UNIDADE DE 2G DE RESINA COMPOSTA NEUTRA + 1 UNIDADE DE 1,7 GR DE RESINA DE TESTE NEUTRA. INDICAÇÃO: CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES CERÂMICAS E DE RESINA COMPOSTA. MARCA DE REFERÊNCIA: KIT VARIOLINK ESTHETIC LC - IVOCCLAR OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404557). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404557	UN	2	1	R\$ 1.472,84	R\$ 2.945,68
22	CIMENTO RESINOSO TIPO TRY-IN. TIPO PASTA DE PROVA DA COR. SOLÚVEL EM ÁGUA. COR A COMBINAR COM O FORNECEDOR, TENDO NO MÍNIMO AS OPÇÕES A1, A2, A3, OPACO E TRANSPARENTE. SERINGA COM 2G. MARCA DE REFERÊNCIA: CIMENTO RESINOSO 3M RELYX VENEER TRY-IN OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404559). UND FORNECIMENTO: SERINGA.	404559	SR	4	1	R\$ 367,02	R\$ 1.468,08
	DENTE ARTIFICIAL, TIPO TRIPLA PRENSAGEM, MATERIAL RESINA ACRÍLICA COM DUPLA LIGAÇÃO CRUZADA						

23	(DCL), REGIÃO DENTES ANTERIORES SUPERIORES, APRESENTAÇÃO PLACA COM 6 DENTES. MODELOS E CORES VARIADAS (A COMBINAR COM O FORNECEDOR). (CATMAT: 407405). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	407405	UN	2	1	R\$ 47,77	R\$ 95,54
24	DISCO POLIDOR DIAMANTADO. FORMATO: EM ESPIRAL. INDICAÇÃO: POLIMENTO DE RESINAS COMPOSTAS. MATERIAL: BORRACHA IMPREGNADA COMDIAMANTE. DIÂMETRO: CERCA DE 3/8 POL. TIPO DO ENCAIXE: EM MANDRIL DE PRESSÃO OU DENTEADO. ESTERILIZÁVEL. KIT CONTENDO 2 POLIDORES DE RESINA, SENDO UM CINZA E UM VERMELHO. O POLIDOR VERMELHO É UTILIZADO NA FASE 1 E O CINZA NA FASE 2. MARCA DE REFERÊNCIA: KIT POLIDORES DIAMANTADOS SWIVEL PARA RESINA 1921 CA - JOTA OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 439945). UND FORNECIMENTO: KIT.	439945	KT	16	4	R\$ 195,36	R\$ 3.125,76
25	DISCO, MATERIAL POLIÉSTER / POLIURETANO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENCAIXE EM MANDRIL DE PRESSÃO. APLICAÇÃO: ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL, USO CONTRA ÂNGULO, DIÂMETRO DISCO CERCA DE 1/2, GRAMATURA GROSSO/MÉDIO/FINO/SUPERFINO/EXTRAFINO. KIT SÉRIE LARANJA COM 120 DISCOS, SENDO 30 GROSSOS + 30 MÉDIOS + 30 FINOS + 30 SUPER FINOS + 1 MANDRIL. MARCA DE REFERÊNCIA: KIT DISCO DE LIXA 3M™ SOF-LEX™ POP ON 1/2 LARANJA + MANDRIL - SOLVENTUM OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 438119). UND FORNECIMENTO: KIT.	438119	KT	6	2	R\$ 429,96	R\$ 2.579,76
26	ESCALA CORES, REFERÊNCIA VITA CLÁSSICA, APLICAÇÃO CONFECCÃO DE PRÓTESES EM METALO-CERÂMICA. (CATMAT: 385408). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	385408	UN	1	1	R\$ 1.545,40	R\$ 1.545,40
27	ESCOVA PELO DE CABRA OU MATERIAL SINTÉTICO, DIÂMETRO ENTRE 22 A 50 MM, PEÇA RETA, PM, USADA PARA POLIMENTO FINO EM RESINAS E PORCELANAS. (CATMAT: 438305). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	438305	UN	20	5	R\$ 20,02	R\$ 400,40
28	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA. MATERIAL: AÇO INOXDÁVEL. MODELO: Nº 24. TIPO DE USO: MANIPULAÇÃO. (CATMAT: 444212). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	444212	UN	24	6	R\$ 18,47	R\$ 443,28
29	FIO RETRATOR GENGIVAL, MATERIAL ALGODÃO TRANÇADO OU TRICOTADO, TIPO NÃO IMPREGNADO. ESPESSURA A COMBINAR COM O FORNECEDOR, PODENDO SER EXTRA FINO (ESPESSURA 00) OU ULTRA EXTRA FINO (000). APRESENTAÇÃO: UNIDADE COM CERCA DE 240 CM, TIPO USO ESTÉRIL/DESCARTÁVEL. (CATMAT: 406754). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	406754	UN	30	8	R\$ 83,18	R\$ 2.495,40
30	FIO RETRATOR GENGIVAL, MATERIAL ALGODÃO TRANÇADO OU TRICOTADO, TIPO NÃO IMPREGNADO. ESPESSURA: FINO (ESPESSURA 0). APRESENTAÇÃO: UNIDADE COM CERCA DE 240 CM, TIPO USO ESTÉRIL /DESCARTÁVEL. (CATMAT: 406752). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	406752	UN	30	8	R\$ 111,83	R\$ 3.354,90
31	GESSO PEDRA ESPECIAL TIPO IV, MICROGRANULADO, USO ODONTOLÓGICO. INDICAÇÃO: CONFECCÃO DE TROQUEL E MODELOS DE PRECISÃO. COR: ROSA. TEMPO DE PRESA: 8 A 10MIN. EMBALAGEM DE 1KG. MARCA DE REFERÊNCIA: HEROSTONE – VIGODENT OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. **DISPENSADO DE REGISTRO NA ANVISA. (CATMAT: 428417). UND FORNECIMENTO: EMBALAGEM.	428417	EB	90	23	R\$ 24,06	R\$ 2.165,40
32	GESSO USO ODONTOLÓGICO PEDRA TIPO III. COMPONENTE BÁSICO: GIPSITA. ASPECTO FÍSICO: PÓ. APLICAÇÃO CONFECCÃO MODELOS - FIXAÇÃO ARTICULADOR. EMBALAGEM DE 1 KG. EXPANSÃO ENTRE 0,03 A E 0,05%. **DISPENSADO DE REGISTRO NA ANVISA. MARCA DE REFERÊNCIA: GESSO PEDRA ARTICSTONE TIPO III 1KG POLIDENTAL OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428415). UND FORNECIMENTO: EMBALAGEM.	428415	EB	120	30	R\$ 11,64	R\$ 1.396,80
33	MATERIAL ELÁSTICO PARA IMPRESSÃO À BASE DE ALGINATO TIPO I, SISTEMA LONGA VIDA. EMBALAGEM ESPECIAL COM ATMOSFERA MODIFICADA, TIXOTRÓPICO, ELÁSTICO, MISTURA SEM POEIRA, PRESA RÁPIDA. ESPECIFICAÇÃO ADA 18. COM MEDIDOR DE ÁGUA E PÓ. EMBALAGEM COM 454G. MARCA DE REFERÊNCIA: JELTRATE PLUS OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428490). UND FORNECIMENTO: EMBALAGEM.	428490	EB	120	30	R\$ 85,53	R\$ 10.263,60
34	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO: MOLDAGEM. MODELO: DESDENTADO TOTAL. TAMANHO: Nº 01, INFERIOR, ADULTO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LISA. (CATMAT:427664). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427664	UN	2	1	R\$ 44,40	R\$ 88,80
35	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO: MOLDAGEM. MODELO: DESDENTADO TOTAL. TAMANHO: Nº 01, SUPERIOR, ADULTO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LISA. (CATMAT: 427663). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427663	UN	2	1	R\$ 44,40	R\$ 88,80
36	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO: MOLDAGEM. MODELO: DESDENTADO TOTAL. TAMANHO: Nº 02, INFERIOR, ADULTO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LISA. (CATMAT:427666). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427666	UN	2	1	R\$ 44,40	R\$ 88,80
37	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO: MOLDAGEM. MODELO: DESDENTADO TOTAL. TAMANHO: Nº 02, SUPERIOR, ADULTO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LISA. (CATMAT:427665). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427665	UN	2	1	R\$ 44,40	R\$ 88,80
38	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO: MOLDAGEM. MODELO: DESDENTADO TOTAL. TAMANHO: Nº 03, INFERIOR, ADULTO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LISA. (CATMAT:427668). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427668	UN	2	1	R\$ 44,40	R\$ 88,80
39	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO: MOLDAGEM. MODELO: DESDENTADO TOTAL. TAMANHO: Nº 03, SUPERIOR, ADULTO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LISA. (CATMAT:427667). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427667	UN	2	1	R\$ 44,40	R\$ 88,80
40	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO: MOLDAGEM. MODELO: DESDENTADO TOTAL. TAMANHO: Nº 04, INFERIOR, ADULTO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LISA. (CATMAT:427670). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427670	UN	2	1	R\$ 44,40	R\$ 88,80
41	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, USO: MOLDAGEM. MODELO: DESDENTADO TOTAL. TAMANHO: Nº 04, SUPERIOR, ADULTO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LISA. (CATMAT:427669). UND	427669	UN	2	1	R\$ 44,40	R\$ 88,80

	FORNECIMENTO: UNIDADE.						
42	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL ALUMÍNIO, MODELO PARCIAL ANTERIOR, NÚMERO 87 (Adulto) OU 88 (Infantil) - A COMBINAR COM O FORNECEDOR. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA PERFURADA E GIRATÓRIA. (CATMAT: 427646). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427646	UN	2	1	R\$ 8,33	R\$ 16,66
43	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL ALUMÍNIO, MODELO PARCIAL POSTERIOR. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA E GIRATÓRIA. LADO DIREITO OU LADO ESQUERDO - A COMBINAR COM O FORNECEDOR . (CATMAT: 427645). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427645	UN	2	1	R\$ 8,53	R\$ 17,06
44	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, PARA DUPLA MOLDAGEM + REGISTRO DE MORDIDA, MODELO PARCIAL POSTERIOR, TIPO USO USO ÚNICO/DESCARTÁVEL. MARCA DE REFERÊNCIA: KIT MOLDEIRA DESCARTAVEL AJUSTAVEL 3D MOLDEX COM 12UN - ANGELUS OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 427652). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427652	UN	2	1	R\$ 98,44	R\$ 196,88
45	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PERFURADA, MODELO TOTAL, TAMANHO 1. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL. A UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO COM 2 MOLDEIRAS: 1 INFERIOR E 1 SUPERIOR. (CATMAT: 427683). UND FORNECIMENTO: CONJUNTO.	427683	CJ	2	1	R\$ 20,00	R\$ 40,00
46	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PERFURADA, MODELO TOTAL, TAMANHO 2. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL. UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO COM 2 MOLDEIRAS: 1 INFERIOR E 1 SUPERIOR. (CATMAT: 427685). UND FORNECIMENTO: CONJUNTO.	427685	CJ	2	1	R\$ 20,00	R\$ 40,00
47	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PERFURADA, MODELO TOTAL, TAMANHO 3. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL. UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO COM 2 MOLDEIRAS: 1 INFERIOR E 1 SUPERIOR. (CATMAT: 427687). UND FORNECIMENTO: CONJUNTO.	427687	CJ	2	1	R\$ 20,00	R\$ 40,00
48	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PERFURADA, MODELO TOTAL, TAMANHO 4. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL. UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO COM 2 MOLDEIRAS: 1 INFERIOR E 1 SUPERIOR. (CATMAT: 427689). UND FORNECIMENTO: CONJUNTO.	427689	CJ	2	1	R\$ 20,00	R\$ 40,00
49	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PERFURADA, MODELO TOTAL, TAMANHO 5. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL. UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO COM 2 MOLDEIRAS: 1 INFERIOR E 1 SUPERIOR. (CATMAT: 427691). UND FORNECIMENTO: CONJUNTO.	427691	CJ	2	1	R\$ 20,00	R\$ 40,00
50	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PERFURADA, MODELO TOTAL, TAMANHO 6. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL. UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO COM 2 MOLDEIRAS: 1 INFERIOR E 1 SUPERIOR. (CATMAT: 428750). UND FORNECIMENTO: CONJUNTO.	428750	CJ	20	5	R\$ 20,00	R\$ 400,00
51	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PERFURADA, MODELO TOTAL, TAMANHO 7. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL. UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO COM 2 MOLDEIRAS: 1 INFERIOR E 1 SUPERIOR. (CATMAT: 428752). UND FORNECIMENTO: CONJUNTO.	428752	CJ	2	1	R\$ 20,00	R\$ 40,00
52	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PERFURADA, MODELO TOTAL, TAMANHO 8. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL. UNIDADE REFERE-SE AO CONJUNTO COM 2 MOLDEIRAS: 1 INFERIOR E 1 SUPERIOR. (CATMAT: 428754). UND FORNECIMENTO: CONJUNTO.	428754	CJ	2	1	R\$ 20,00	R\$ 40,00
53	MOLDEIRAS ODONTOLÓGICAS PARA MOLDAGEM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TOTAL, ADULTO, PERFURADA, INFERIOR Nº 2.(CATMAT: 427712). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427712	UN	2	1	R\$ 48,33	R\$ 96,66
54	MOLDEIRAS ODONTOLÓGICAS PARA MOLDAGEM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TOTAL, ADULTO, PERFURADA, INFERIOR Nº 3. (CATMAT: 427714). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427714	UN	2	1	R\$ 48,33	R\$ 96,66
55	MOLDEIRAS ODONTOLÓGICAS PARA MOLDAGEM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TOTAL, ADULTO, PERFURADA, INFERIOR Nº 4. (CATMAT: 427716). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427716	UN	2	1	R\$ 48,33	R\$ 96,66
56	MOLDEIRAS ODONTOLÓGICAS PARA MOLDAGEM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TOTAL, ADULTO, PERFURADA, SUPERIOR Nº 2.(CATMAT: 427711). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427711	UN	2	1	R\$ 48,33	R\$ 96,66
57	MOLDEIRAS ODONTOLÓGICAS PARA MOLDAGEM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TOTAL, ADULTO, PERFURADA, SUPERIOR Nº 3.(CATMAT: 427713). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427713	UN	2	1	R\$ 48,33	R\$ 96,66
58	MOLDEIRAS ODONTOLÓGICAS PARA MOLDAGEM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TOTAL, ADULTO, PERFURADA, SUPERIOR Nº 4.(CATMAT: 427715). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427715	UN	2	1	R\$ 48,33	R\$ 96,66
59	PASTA CATALISADORA PARA CIMENTO ADESIVO À BASE DE RESINA BIS- GMA, BHT, EDAB, TEGDMA, PERÓXIDO DE BENZOÍLA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, SÍLICA PÍROLÍTICA SILANIZADA E PIGMENTO NATURAL. A UNIDADE REFERE-SE À SERINGA ODONTOLÓGICA COM CERCA DE 2,5 GR. MARCA DE REFERÊNCIA: CIMENTO RESINOSO ALLCEM CATALISADOR 2,5G FGM OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 432810). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	432810	UN	30	8	R\$ 80,60	R\$ 2.418,00
60	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO POLIÉTER, TIPO BASE + CATALISADOR. APRESENTAÇÃO: UNIDADE SE REFERE AO CONJUNTO COMPLETO. MÉDIA VISCOSIDADE. MARCA DE REFERÊNCIA: KIT PASTA DE IMPRESSÃO IMPREGUM SOFT SOLVENTUM - MÉDIA VISCOSIDADE OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428721). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	428721	UN	2	1	R\$ 805,63	R\$ 1.611,26
61	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO SILICONE DE ADIÇÃO. A UNIDADE SE REFERE A 01 CARTUCHO COMPOSTO DE 02 PASTAS FLUIDAS DE BAIXA OU MÉDIA VISCOSIDADE. QUANTIDADE: 2X50ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPATÍVEL COM SILICONA Densa 3M. MARCA DE REFERÊNCIA: SILICONE DE ADIÇÃO EXPRESS XT MÉDIA FLUIDO 2X50ML -3M OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428739). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	428739	UN	40	10	R\$ 633,13	R\$ 25.325,20
	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO SILICONE DE ADIÇÃO. A UNIDADE SE REFERE A 01 PASTA Densa DE 250ML + 01 PASTA CATALISADORA DE 250ML+ 01 PASTA FLUIDA DE 50ML (BAIXA VISCOSIDADE) E 10 PONTAS						

62	MISTURADORAS. MARCA DE REFERÊNCIA: KIT SILICONE DE ADIÇÃO EXPRESS XT – BAIXA VISCOSIDADE – 3M OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428723). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	428723	UN	60	15	R\$ 458,92	R\$ 27.535,20
63	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO SILICONE DE CONDENSACÃO. A UNIDADE SE REFERE A: DENSO (1KG) + FLUIDO (APROXIMADAMENTE 120G) + CATALISADOR (APROXIMADAMENTE 60ML). COM TECNOLOGIA DCP E ESTABILIDADE DIMENSIONAL POR 7 DIAS. MARCA DE REFERÊNCIA: SPEEDEX - COLTENE OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 428720). UND FORNECIMENTO: UNIDADE. UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	428720	UN	30	8	R\$ 334,74	R\$ 10.042,20
64	PAVIO PARA LAMPARINA/TOUCHEIRA. USO ODONTOLÓGICO. EB COM 10 UNIDADES. (CATMAT: 150958). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	150958	UN	2	1	R\$ 4,69	R\$ 9,38
65	PINCEL PELO DE MARTA NÚMERO 308. FILAMENTO: MARTA. FORMATO: REDONDO. TAMANHOS: 2 OU 3. (CATMAT: 424135). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	424135	UN	40	10	R\$ 16,94	R\$ 677,60
66	PINO DE FIBRA DE VIDRO COM DUPLA CONICIDADE E RADIOPACO. UNIDADE COM 05 PINOS DC 0,5 E BROCA DC. MARCA WHITE POST DC INTRO OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 385429). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	385429	UN	40	10	R\$ 135,96	R\$ 5.438,40
67	PINO DE FIBRA DE VIDRO COM DUPLA CONICIDADE E RADIOPACO. UNIDADE COM 05 PINOS DC 1 E BROCA DC. Marca de referência: WHITE POST DC INTRO OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 385439). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	385439	UN	40	10	R\$ 135,96	R\$ 5.438,40
68	PINO DE FIBRA DE VIDRO COM DUPLA CONICIDADE E RADIOPACO. UNIDADE COM 05 PINOS DC 2 E BROCA DC. MARCA DE REFERÊNCIA: WHITE POST DC INTRO OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 385440). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.. UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	385440	UN	30	8	R\$ 135,96	R\$ 4.078,80
69	PINO DE FIBRA DE VIDRO COM DUPLA CONICIDADE E RADIOPACO. UNIDADE COM 05 PINOS DC 3 E BROCA DC. MARCA DE REFERÊNCIA: WHITE POST DC INTRO OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 385434). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	385434	UN	30	8	R\$ 135,96	R\$ 4.078,80
70	POLIDOR INTRAORAL PARA CERÂMICA, USO CONTRA ÂNGULO, MATERIAL SILICONE DIAMANTADO. APLICAÇÃO: ACABAMENTO E POLIMENTO DE PORCELANAS. FORMATO DE LENTILHA. CORES VARIADAS (AZUL, ROSA E CINZA). MARCA DE REFERÊNCIA: POLIDOR EVE DIAPOL PONTA OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404881). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404881	UN	30	8	R\$ 65,13	R\$ 1.953,90
71	POLIDOR INTRAORAL PARA CERÂMICA, USO CONTRA ÂNGULO, MATERIAL SILICONE DIAMANTADO. APLICAÇÃO: ACABAMENTO E POLIMENTO DE PORCELANAS. FORMATO DE OGIVA OU CHAMA. CORES VARIADAS (AZUL, ROSA E CINZA). MARCA DE REFERÊNCIA: POLIDOR EVE DIAPOL PONTA OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404882). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404882	UN	30	8	R\$ 64,13	R\$ 1.923,90
72	POLIDOR INTRAORAL PARA CERÂMICA, USO CONTRA ÂNGULO, MATERIAL SILICONE DIAMANTADO. APLICAÇÃO: ACABAMENTO E POLIMENTO DE PORCELANAS. FORMATO TAÇA. CORES VARIADAS (AZUL, ROSA E CINZA). MARCA DE REFERÊNCIA: POLIDOR EVE DIAPOL PONTA OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404883). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404883	UN	30	8	R\$ 62,97	R\$ 1.889,10
73	POLIDOR SILICONADO PARA CERÂMICA. PONTA MONTADA. 3 FASES: COR BRANCA, ROSA E CINZA. FORMATO: CILINDRO COM PONTA OGIVAL. APLICAÇÃO: ACABAMENTO CERÂMICA/POLIMENTO EM PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORNECIMENTO EM KIT DE TRÊS CORES. MARCA DE REFERÊNCIA: POLIDOR DE CERÂMICA EXA-CERAPOL - SORTIDO AR 3 FASES CA - EDENTA OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 256007). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	256007	UN	30	8	R\$ 76,49	R\$ 2.294,70
74	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO CHAMA OU OGIVA, COR BRANCA, APLICAÇÃO RESINA ACRÍLICA, SILICONIZADA, PARA PEÇA RETA. (CATMAT: 405831). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	405831	UN	12	3	R\$ 30,60	R\$ 367,20
75	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO CHAMA OU OGIVA, COR CINZA, APLICAÇÃO RESINA ACRÍLICA, SILICONIZADA, PARA PEÇA RETA. (CATMAT: 405834). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	405834	UN	12	3	R\$ 30,60	R\$ 367,20
76	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO CHAMA OU OGIVA, COR VERDE, APLICAÇÃO RESINA ACRÍLICA, SILICONIZADA, PARA PEÇA RETA. (CATMAT: 405833). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	405833	UN	12	3	R\$ 30,60	R\$ 367,20
77	PONTA MONTADA, MATERIAL BORRACHA COM ÓXIDO DE ALUMÍNIO. FORMATO: 07 PONTAS SORTIDAS, COR BRANCA. APLICAÇÃO: RESINAS COMPOSTAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPATIBILIDADE COM CONTRA-ÂNGULO. MARCA DE REFERÊNCIA: ENHANCE – DENTSPLY/SIRONA OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 404902). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404902	UN	20	5	R\$ 173,41	R\$ 3.468,20
78	PONTA MONTADA, MATERIAL ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO CHAMA, COR BRANCA, APLICAÇÃO RESINAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DURA, COMPATIBILIDADE ALTA ROTAÇÃO. (CATMAT: 404850). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404850	UN	12	3	R\$ 29,77	R\$ 357,24
79	PONTA MONTADA, MATERIAL ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO ESFÉRICA, COR BRANCA, APLICAÇÃO RESINAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DURA, COMPATIBILIDADE ALTA ROTAÇÃO. (CATMAT: 404856). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404856	UN	12	3	R\$ 29,77	R\$ 357,24
80	PONTA MONTADA, MATERIAL ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO TRONCO-CÔNICA, COR BRANCA, APLICAÇÃO RESINAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DURA, COMPATIBILIDADE ALTA ROTAÇÃO. (CATMAT: 404851). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	404851	UN	12	3	R\$ 29,77	R\$ 357,24
	RESINA ACRÍLICA, TIPO AUTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FRASCO DE 120 ML COM BICO						

81	DOSADOR. (CATMAT: 390456). UND FORNECIMENTO: FRASCO.	390456	FR	35	8	R\$ 40,62	R\$ 1.421,70
82	RESINA ACRÍLICA, TIPO AUTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO: CONJUNTO DE PÓ E LÍQUIDO, COR VERMELHA. APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COM NO MÍNIMO 1 FRASCO DE APROXIMADAMENTE 28G DE PÓ, 1 CONTA-GOTAS. MARCA DE REFERÊNCIA: KIT RESINA ACRÍLICA DURALAY PÓ E LÍQUIDO - RELIANCE OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 427918). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427918	UN	10	3	R\$ 379,01	R\$ 3.790,10
83	RESINA ACRÍLICA, TIPO AUTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO PÓ, COM COR (A COMBINAR COM O FORNECEDOR). FRASCO COM NO MÍNIMO 25G. POLIMERIZAÇÃO ULTRARRÁPIDA (5 MINUTOS) E GRANULAÇÃO EXTRAFINA. MARCAS DE REFERÊNCIA: DURALAY (RELIANCE), RESINLAY SPEED PATTERN (TDV) OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 390459). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	390459	UN	10	3	R\$ 59,80	R\$ 598,00
84	RESINA ACRÍLICA, TIPO AUTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO PÓ, COM COR (60, 61, 62, 65, 66, 67 E 69; A COMBINAR COM O FORNECEDOR), FRASCO COM APROXIMADAMENTE 78G. MARCA DE REFERÊNCIA: DENCOR OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 390459). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	390459	UN	40	10	R\$ 40,70	R\$ 1.628,00
85	RESINA ACRÍLICA, TIPO AUTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO PÓ, COR VERMELHA, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 28 G.POLIMERIZAÇÃO ULTRARRÁPIDA (5 MINUTOS) E GRANULAÇÃO EXTRAFINA. MARCAS DE REFERÊNCIA: DURALAY (RELIANCE), RESINLAY SPEED PATTERN (TDV) OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 390458). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	390458	UN	10	3	R\$ 246,54	R\$ 2.465,40
86	RESINA BISACRÍLICA PARA CONFEÇÃO DE RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS. APRESENTAÇÃO REFIL. EMBALAGEM 1 CARTUCHO DE 75 GR PROPORÇÃO 1:1 COM 10 PONTAS MISTURADORAS TIPO 6. CORES DISPONÍVEIS: A1, A2 E A3 (A COMBINAR COM O FORNECEDOR). COMPATÍVEL COM PISTOLA UNIVERSAL OU SEM NECESSIDADE DE PISTOLA. MARCA DE REFERÊNCIA: RESINA BISACRÍLICA STRUCTUR 2 QUICKMIX - VOCO OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 420401). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	420401	UN	6	2	R\$ 487,12	R\$ 2.922,72
87	RESINA BISACRÍLICA PARA CONFEÇÃO DE RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS. EMBALAGEM COM 1 CARTUCHO DE 5 ML PROPORÇÃO 1:1 + PONTAS MISTURADORAS TIPO 10. CONJUNTO COMPLETO. COR A1. MARCA DE REFERÊNCIA: RESINA BISACRÍLICA STRUCTUR 3 QUICKMIX - VOCO OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 420400). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	420400	UN	6	2	R\$ 244,75	R\$ 1.468,50
88	RESINA SOFT PARA REEMBASAMENTOS DE PALATOS E GENGIVAS ARTIFICIAIS, PLACAS E NA COLOCAÇÃO SOBRE OS BRAQUETES. A UNIDADE REFERE-SE A APROXIMADAMENTE 30 G DE PÓ + 30 ML DE LÍQUIDO + 8 ML DE GLAZE + COPOS MEDIDORES. MARCA DE REFERÊNCIA: COLD LINER - TDV OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 427216). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	427216	UN	6	2	R\$ 156,13	R\$ 936,78
89	SILANO - USO ODONTOLÓGICO, APLICAÇÃO ODONTOLÓGICA. EMBALAGEM COM 5 ML OU 4 GR. (CATMAT: 391629). UND FORNECIMENTO: FRASCO.	391629	FR	30	8	R\$ 26,60	R\$ 798,00
90	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE ALUMÍNIO A 25%, ÁGUA DESTILADA, CLORETO DE ALUMÍNIO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM EPINEFRINA. APLICAÇÃO HEMOSTASIA LOCAL E RETRAÇÃO GENGIVAL PARA MOLDAGEM. FRASCO COM 10 ML. MARCA DE REFERÊNCIA: SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA HEMOLIQU - MAQUIRA OU QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOLICITADAS. (CATMAT: 422554). UND FORNECIMENTO: FRASCO.	422554	FR	30	8	R\$ 29,41	R\$ 882,30
91	VASELINA SÓLIDA - PETROLATO. USO ODONTOLÓGICO. FORMA FARMACÊUTICA: POMADA. EMBALAGEM - BISNAGA COM APROXIMADAMENTE 90 GR. (CATMAT: 394023). UND FORNECIMENTO: EMBALAGEM.	394023	EB	30	8	R\$ 18,26	R\$ 547,80
92	VASELINA SÓLIDA - PETROLATO. USO ODONTOLÓGICO. FORMA FARMACÊUTICA: POMADA. EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 500 GR. (CATMAT: 394023). UND FORNECIMENTO: EMBALAGEM.	394023	EB	10	3	R\$ 31,30	R\$ 313,00
93	DENTE ARTIFICIAL, TIPO TRIPLA PRENSAGEM, MATERIAL RESINA ACRÍLICA COM DUPLA LIGAÇÃO CRUZADA (DCL), REGIÃO DENTES ANTERIORES INFERIORES, APRESENTAÇÃO PLACA COM 6 DENTES. MODELOS E CORES VARIADAS (A COMBINAR COM O FORNECEDOR). (CATMAT: 407406). UND FORNECIMENTO: UNIDADE.	407406	UN	5	2	R\$ 42,80	R\$ 214,00
TOTAL:							R\$ 272.161,71

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10818.htm).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias úteis, contado da data de emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 meses.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Planejamento Anual de Aquisições e Contratações (PAAC) de 2026, disposto no Portal da Força Aérea Brasileira (FAB), <https://www2.fab.mil.br/paac/>, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000031/2026;

II. Data de publicação no Portal da FAB: 07/11/2025;

III. Id do item no PCA: 27;

IV. Classe/Grupo: 6530 - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES;

V. Identificador da Futura Contratação: 120636-76/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

3.3. Para os produtos isentos de registro na ANVISA (itens 31 e 32) a empresa deverá comprovar essa isenção através de:

3.3.1. Documento ou informe do site da ANVISA, informando que o insumo é isento de registro; ou

3.3.2. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa Contratada deverá adotar as seguintes práticas na execução dos serviços:

I - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

II - Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos. 4.1.2. A empresa Contratada deverá, ainda, adotar as seguintes normas:

I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, por exemplo, energia;

IV - Geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação, será admitida a indicação de marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no tópico 6 dos Estudos Técnicos Preliminares, como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto.

4.2.1 As indicações de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, foram seguidas da expressão “ou que atenda às especificações técnicas solicitadas”.

4.2.2. A empresa participante do certame deverá demonstrar desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com as marcas de referência mencionadas nas descrições dos itens, caso a Administração julgue necessário.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias úteis, contados do envio da Nota de Empenho de Despesas, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente e estar acompanhado da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida, no seguinte endereço: Grupo de Saúde de Lagoa Santa, Seção de Odontologia - Estrada da Saúde, S/N - Vila Militar - CEP: 33236-028 - Lagoa Santa / MG.

5.3.1. Os bens deverão ser entregues com, no mínimo, 80% do prazo de validade, contados da data de entrega do produto no Grupo de Saúde de Lagoa Santa.

5.3.2. Por interesse do Grupo de Saúde de Lagoa Santa, desde que caracterizada a urgência no recebimento e a possibilidade de uso ainda dentro da validade e desde que a quantidade seja a estritamente necessária para atender à mencionada situação emergencial, poderá ser recebido produto/medicamento que possuam validade inferior a 80% da validade total.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim (e-mail).

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.12.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. As sanções previstas neste Termo de Referência, incluindo a aplicação de multa, estão regulamentadas de forma específica e detalhada na PORTARIA GABAER No 623/CG4, de 20 de novembro de 2023. Essa portaria estabelece as condições, valores, prazos e procedimentos relativos às penalidades que podem ser aplicadas ao contratado em caso de descumprimento das obrigações previstas no presente Termo de Referência. A referida portaria encontra-se anexa a este processo para consulta detalhada.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.24. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.24.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.24.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.24.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.24.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.25. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/____.

8.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.29. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.30. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.31. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.21. A empresa interessada deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por empresa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho da atividade de fornecimento do objeto da futura licitação. O mencionado atestado deverá conter as seguintes informações: nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e descrição dos serviços realizados.

9.22. A empresa interessada deverá comprovar que possui autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com o disposto nos Art. 1º e 2º da Lei 6.360/76. Denomina-se Autorização de Funcionamento - AFE - o ato de competência privativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que autoriza o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da legislação pertinente.

9.23. A empresa interessada deverá apresentar Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, referente ao ano em exercício, de acordo com a portaria MS nº 3765 /98.

9.24. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.24.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.24.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.24.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.24.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.24.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação do Grupo de Saúde de Lagoa Santa é de R\$ 272.161,71 conforme custos unitários apostos na tabela do item 1. deste TR.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação para o GSAU-LS correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/Unidade: 00001;
 - II. Fonte de Receita:1000000000;
 - III. Programa de Trabalho (PTRES): 214537;
 - IV. Natureza de Despesa: 339030;
 - V. Plano Interno: CG190904100.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Lagoa Santa, 15 de janeiro de 2026.

Cap Júlia Diniz França Carmona

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

ANEXO I

Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado: 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 5.4.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FREDERICO BICALHO DIAS DA SILVA

Comandante do Grupo de Saúde de Lagoa Santa

ANDERSON NEVES PEREIRA

Agente de Controle Administrativo

JULIA DINIZ FRANCA CARMONA

Membro da Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR_120636-000033-2026 (D).pdf
Data/Hora de Criação:	27/03/2026 14:30:26
Páginas do Documento:	19
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	20
Hash MD5:	cfedb00a1687fbfe0599cdaddce6e412
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap JÚLIA DINIZ FRANÇA CARMONA no dia 27/03/2026 às 11:41:05 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int ANDERSON NEVES PEREIRA no dia 30/03/2026 às 11:24:19 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Med FREDERICO BICALHO DIAS DA SILVA no dia 30/03/2026 às 12:00:54 no horário oficial de Brasília.